



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Contrato 034/2022

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MARIANA e SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais.

O **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.295.303/0001-44 e Inscrição Estadual isento, com sede nesta Cidade na Praça JK, s/nº, bairro Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício, Juliano Vasconcelos Gonçalves e, de outro lado, **SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais**, com sede na Avenida Barão Homem de Melo, nº 329, 5º Andar, Bloco 02, bairro Nova Granada, Belo Horizonte/MG, CEP 30431-285, inscrita no CNPJ nº 16.589.137/0001-63 e Inscrição Estadual nº 062.955576.00-97, aqui representada pelo Diretor Superintendente, Afonso Maria Rocha, portador do CPF nº 454.191.246-53 e pelo Diretor de Operações, Marden Márcio Magalhães, portador do CPF nº 545.245.636-87, doravante denominada respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços, regido pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e Lei nº 9.648, de 27.05.98, de conformidade com o procedimento de **Dispensa de Licitação DISP nº 038/2021, ratificado em 09/02/2022 – PRC nº 227/2021**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto **prestação de serviços de instrutoria e consultoria especializada para promover a formação profissional e empresarial de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, integrantes do Programa Municipal PROJOVEM e ao Programa de Inclusão Produtiva da Mulher do município de Mariana**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e da proposta da CONTRATADA, partes integrantes do presente instrumento, como se nele transcrito fosse.

1.1. Serão executados os seguintes serviços:

1.1.1. **192 horas** de Curso BOOTCAMP – Empreendedorismo em Ação, até 30 pessoas por turma;

1.1.2. **20 horas** de Oficina "Como ser MEI na Prática", até 30 jovens por turma;

1.1.3. **24 horas** de Consultoria presencial individual de modelagem de negócios, com 03 encontros de 2 horas cada, totalizando 6h por cliente, sendo necessário no mínimo 03 clientes para atender com esta solução.

1.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite permitido na Lei Federal 8.666/93.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente contrato vigorará por **06 (seis) meses**, ou até a execução total dos serviços mencionados na cláusula primeira, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, nos termos da Lei 8.666/93.

DO PREÇO

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente contrato terá os preços discriminados na proposta da CONTRATADA, nos quais estão incluídos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

DO VALOR

CLÁUSULA QUARTA – O valor total do presente contrato é de **R\$ 64.016,01 (sessenta e quatro mil dezesseis reais e um centavo)**.

4.1. No valor apresentado estão previstos todos os custos de honorários dos consultores, despesas de viagem, hospedagem e alimentação dos profissionais envolvidos na execução dos serviços e encargos.

DO REAJUSTAMENTO

CLÁUSULA QUINTA – Os preços propostos para a execução do objeto licitatório poderão ser reajustados desde que não seja com periodicidade inferior a 01 (um) ano, conforme disposições contidas na Lei nº 10.192/2001.

5.1. O prazo mínimo de 01 (hum) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante no instrumento convocatório.

5.2. O primeiro reajuste será concedido mediante a aplicação do Índice do IPCA, apurado com base na variação de seu percentual no período compreendido entre a data limite para apresentação das



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

propostas constante no edital e o mês em que for completado o prazo de 01 (um) ano indicado na subcláusula anterior.

5.3. Os reajustes subsequentes necessários serão realizados no prazo de 01 (hum) ano contar da última concessão mediante a aplicação do Índice IPCA apurado com base na variação de seu percentual nos 12 (doze) meses anteriores.

5.4. Para a concessão dos reajustes, a CONTRATADA deverá protocolizar requerimento escrito perante a Controladoria Interna do Município de Mariana, no prazo máximo de 10 (dez) dias após ser completada a anualidade, para que se proceda a devida análise do pleito.

5.5. Caso a CONTRATADA deixe de apresentar o requerimento no prazo e forma acima indicados, restará caracterizada a sua renúncia ao reajuste pretendido e a decadência de seu direito, relativamente ao respectivo período aquisitivo.

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA SEXTA – Para a promoção do equilíbrio econômico-financeiro contratual, a CONTRATADA deverá apresentar documentos fiscais somados a outros que julgar pertinentes e que comprovem a elevação dos preços de forma imprevisível e inesperada.

6.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

6.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, a CONTRATADA será convocada pela CONTRATANTE para alteração, por aditamento do contrato.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA – As despesas de que trata o presente contrato correrá à conta da seguinte classificação orçamentária: **0802.08.244.0019.2.148-339039 1100 ficha 960.**

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O pagamento do objeto deste contrato será efetuado através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou documento equivalente, que deverá estar acompanhado do relatório dos serviços executados, atestados pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, coordenadora dos serviços.

8.1. No texto da Nota Fiscal/Fatura deverão constar as seguintes referências: Nome do Banco, número e nome da Agência, e número da conta corrente da CONTRATADA.

8.2. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

8.3. O pagamento somente será liberado se, no ato da apresentação do comprovante da prestação efetiva do serviço, forem apresentados os atestados de regularidade referentes à Seguridade Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certidão negativa de Débitos Trabalhistas e Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, conforme Decreto Municipal nº 3.436, de 01 de fevereiro de 2005.

8.4. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA NONA – Sem prejuízo das disposições em Lei, constituem obrigações das Partes:

9.1. DA CONTRATADA:

9.1.1. Executar os serviços conforme especificações constantes no Termo de Referência e de sua proposta, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

9.1.2. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

9.1.3. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.1.4. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 9.1.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.6. Disponibilizar profissionais/ consultores para execução dos serviços;
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração.
- 9.1.8. Monitorar/ acompanhar o andamento dos trabalhos e resultados.
- 9.1.9. Apresentar ao CONTRATANTE, relatórios parciais sobre o andamento dos trabalhos.
- 9.1.10. Cobrar e garantir, juntamente com o CONTRATANTE, a assiduidade das empresas beneficiadas nas agendas de consultoria previamente marcadas e comprometimento para implementação do plano de trabalho construído junto aos consultores.
- 9.1.11. Apresentar ao CONTRATANTE relatório final com detalhamento das atividades executadas e principais resultados alcançados.
- 9.1.12. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os serviços que não estejam de acordo com as condições estabelecidas na proposta e Termo de Referencia, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes do contrato.
- 9.1.13. Arcar com as despesas de serviços de comunicação (ligações para agendamento com empresas) deslocamentos, transporte da equipe de coordenação para participar de reuniões e /ou outras ações *in loco* que se fizerem necessárias até o encerramento da ação.
- 9.1.14. Assumir todas as responsabilidades e ônus, no que se referem aos seus empregados, tais como: salários, encargos sociais, assistência médica, seguros, auxílios transporte e alimentação, impostos e demais obrigações trabalhistas, taxas e tributos que recaiam sobre a atuação laboral, inclusive de seus prepostos e representantes, ficando a Administração isenta de qualquer despesa desse tipo.
- 9.1.15. Demais obrigações contratuais constantes no Termo de Referencia e na proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.
- 9.2. - DO CONTRATANTE:**
- 9.2.1. Credenciar, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, servidores para assinar as requisições de atendimento.
- 9.2.2. Através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania proceder à recepção e conferência das Notas Fiscais ou documento equivalente emitidas pela CONTRATADA encaminhando-as à Coordenadoria de Compras para devido processamento.
- 9.2.3. Aprovar as Notas Fiscais ou documento equivalentes apresentadas pela CONTRATADA, assegurando o pagamento das mesmas mediante a compatibilização desta com a efetiva execução dos serviços dos.
- 9.2.4. Acompanhar e conferir a prestação do serviço.
- 9.2.5. Efetuar os pagamentos a CONTRATADA na forma avençada.
- 9.2.6. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.2.7. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto deste Contrato.
- 9.2.8. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.
- 9.2.9. Indicar e mobilizar os jovens e professores que serão atendidos e garantir a participação deles nas atividades propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

9.2.10. Indicar e mobilizar as empresas que serão atendidas com as soluções consultorias e garantir a participação deles nas atividades.

9.2.11. Disponibilizar espaço adequado, equipamentos como projetor, computadores, som e outros necessários à execução dos serviços pela CONTRATADA.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente contrato poderá ser alterado:

I – Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação de seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei.

II – Por acordo entre as Partes:

- a) Quando necessária à modificação do modo de prestação de serviços face verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originados;

DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Constitui motivo para rescisão do contrato:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

II – A lentidão de seu cumprimento levando o CONTRATANTE a contrair prejuízos;

III – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

IV – A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

V – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;

VI – O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e gerenciar a execução, assim como as de seus superiores;

VII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo setor gerenciador deste contrato;

VIII – A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

IX – A dissolução da sociedade;

X – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

XI – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

XII – A supressão, por parte do CONTRATANTE dos quantitativos de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido na subcláusula única da cláusula primeira desde contrato;

XIII – A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

11.2. A rescisão do contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE;

II – Amigável, de acordo com as Partes, desde que haja conveniência para a administração;

Este documento foi assinado digitalmente por Carolina Alves Prado, Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes, Marden Marcio Magalhaes e Afonso Maria Rocha. Este documento foi assinado eletronicamente por Juliano Vasconcelos Gonçalves, Walber Luiz da Silva e Luis Paulo Nascimento. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código E3A0-31FE-3F26-30E2.

Este documento foi assinado digitalmente por Carolina Alves Prado, Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes, Marden Marcio Magalhaes e Afonso Maria Rocha. Este documento foi assinado eletronicamente por Juliano Vasconcelos Gonçalves, Walber Luiz da Silva e Luis Paulo Nascimento. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código E3A0-31FE-3F26-30E2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

III – Judicial, nos termos da legislação.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável poderá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a, garantida a prévia defesa as seguintes penalidades:

I – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II – Cancelamento do Contrato;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 02 (dois) anos.

12.1 – Por atraso injustificado na execução do contrato:

I – Multa moratória nos seguintes percentuais:

a) Os primeiros 05 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da prestação do serviço, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação que rege a matéria.

b) A partir do 6º (sexto) dia, multa de 2% (dois por cento), também calculada sobre o valor do serviço prestado, conforme Art. 87 e 88 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

II – Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso;

III – Cancelamento do preço contratado.

12.2 – Por inexecução total ou execução irregular do contrato de prestação de serviço:

I – Advertência por escrito nas faltas leves;

II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não cumprida ou da totalidade da prestação do serviço não executado;

III – Suspensão temporária de participação e, licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 02 (dois) anos;

IV – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 – Impedimento de licitar e contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos nos casos de:

I – ensejar o retardamento da execução do certame;

II – não manter a proposta;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fizer declaração falsa;

V – cometer fraude fiscal;

VI – falhar ou fraudar na execução do contrato.

12.4. Sujeitam-se as partes, através de seus representantes, às penas previstas na Lei nº 8.666, de 21.06.93.

DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O presente contrato será acompanhado por servidor designado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, que ficará responsável por fiscalizar a execução do mesmo, verificando a procedência do serviço prestado, registrando todas as

Este documento foi assinado digitalmente por Carolina Alves Prado, Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes, Marden Marcio Magalhaes e Afonso Maria Rocha. Este documento foi assinado eletronicamente por Juliano Vasconcelos Gonçalves, Walber Luiz da Silva e Luis Paulo Nascimento. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código E3A0-31FE-3F26-30E2.

Este documento foi assinado digitalmente por Carolina Alves Prado, Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes, Marden Marcio Magalhaes e Afonso Maria Rocha. Este documento foi assinado eletronicamente por Juliano Vasconcelos Gonçalves, Walber Luiz da Silva e Luis Paulo Nascimento. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código E3A0-31FE-3F26-30E2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

ocorrências e deficiências verificadas em relatório, devendo manter contatos com a CONTRATADA para a solução dos problemas detectados, bem como acompanhar a vigência do mesmo, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

13.1. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Mariana em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto do contrato.

13.2. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização/gestor.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O extrato do presente contrato será publicado no Órgão Oficial do Município, Jornal "O Monumento" ou Diário Oficial Eletrônico – DOEM, por conta do CONTRATANTE.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – É parte integrante deste contrato processo de Dispensa de Licitação DISP nº 038/2021, bem como proposta da CONTRATADA, independentemente de sua transcrição.

DA ARBITRAGEM E/ OU MEDIAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Nos termos do Decreto Municipal nº 9.822, de 23/08/2019, será utilizado preferencialmente a arbitragem e/ou mediação para a resolução dos conflitos advindos da relação contratual firmada.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – As partes elegem o foro da Comarca de Mariana/MG, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Mariana, 09 de fevereiro de 2022.

Juliano Vasconcelos Gonçalves
Prefeito Municipal em Exercício

Walber Luiz da Silva
Sec. Mun. de Desenvolvimento Social e Cidadania
CONTRATANTE

Marden Márcio Magalhães
Diretor de Operações do SEBRAE
CONTRATADA

Afonso Maria Rocha
Diretor Superintendente do SEBRAE
CONTRATADA

Testemunhas: 1. _____

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E3A0-31FE-3F26-30E2> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E3A0-31FE-3F26-30E2



Hash do Documento

D1E71747AB8706A3928AE6C38A385FEDE4DC6FA943689F68A206716151C9C0EB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/06/2022 é(são) :

Juliano Vasconcelos Gonçalves - 050.***.***-28 em 21/06/2022 11:09 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: gabinete@mariana.mg.gov.br

Evidências

Client Timestamp Tue Jun 21 2022 11:09:03 GMT-0300 (-03)

Geolocation Latitude: -20.37371152034873 Longitude: -43.41645584282052 Accuracy: 35

IP 170.239.220.70

Assinatura:



Hash Evidências:

EE327EB3E95E0EF58413B709FC73B0F2E3D26F9D67CF95081C02777A1F29DE50

Walber Luiz da Silva - 085.***.***-09 em 13/06/2022 09:17 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: desenvolvimentosocial@mariana.mg.gov.br

Evidências

Client Timestamp Mon Jun 13 2022 09:17:47 GMT-0300 (-03)

Geolocation Latitude: -20.360970539059824 Longitude: -43.41706501324048 Accuracy:

6.78376758858801

IP 168.181.81.83

Assinatura:



Hash Evidências:

B49693834C6C9213E4BFC27664B6B3D8F5863FC3057A1CAB3E9B83CCD7A111DC

- Carolina Alves Prado - 053.***.***-37 em 09/06/2022 16:39 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Wagner Luiz de Oliveira Gomes Bernardes - 967.***.***-53 em 09/06/2022 16:34 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Marden Marcio Magalhaes - 545.***.***-87 em 09/06/2022 13:32 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Afonso Maria Rocha - 454.***.***-53 em 09/06/2022 13:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Luís Paulo Nascimento - 096.***.***-30 em 09/06/2022 11:52 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificação: Por email: luis.nascimento@sebraemg.com.br

Evidências

Client Timestamp Thu Jun 09 2022 11:51:55 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -8.0629712 Longitude: -34.872935 Accuracy: 699.9990234375

IP 177.105.66.30

Assinatura:



Hash Evidências:

A8F044BEBBCF97470B30C175E3DBCCD06217C0A0B35494F765F892BBE4381B67

